

## **Nas Fronteiras do Poder: Hegemonia, Conflitos e Cultura No Norte de Mato Grosso**

Edison Antônio de Souza<sup>1</sup> - UNEMAT/Sinop – PPG-UFF

A partir do “golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida.”<sup>2</sup>. Neste contexto histórico-político, os “novos bandeirantes” retornam à cena da cartografia política para fincar definitivamente as esporas no território norte mato-grossense, redefinindo e apropriando espaços, onde vendem os sonhos, projetam as cidades, selecionam seus ocupantes e forjam identidades”<sup>3</sup>.

O debate teórico em torno do desenvolvimento no período mais recente vem sendo acompanhado pela reflexão de diversos autores. Neste campo podemos destacar Souza Martins, que sobre o termo fronteira, nos revela que ela de modo algum, se reduz e se resume à fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano<sup>4</sup>.

Souza Martins afirma ser a Fronteira, “também chamada frente pioneira tão característica da História de nosso país, e dos chamados “países novos” e extensos, mais do que fronteira demarcada pela expansão geográfica da economia capitalista, tem sido, sobretudo, fronteira do humano”. De acordo com o referido autor, “a fronteira é o espaço próprio de encontro de sociedades e culturas entre si diferentes, como as sociedades indígenas e a chamada sociedade civilizada; lugar da pretensa epopéia da frente pioneira e dos também chamados ‘pioneiros’ e ‘civilizadores’. É o lugar da busca desenfreada de oportunidades, mas também do genocídio dos povos indígenas, do massacre dos

camponeses pobres, da subjugação dos frágeis e desvalidos”.<sup>5</sup>

Nesta perspectiva, Tavares do Santos considera que a fronteira gera a exclusão social. “É justamente neste nomadismo dos colonos brasileiros que se opera o inverso da seleção social: em outras palavras, a produção social da exclusão é uma das dimensões do processo de colonização”.<sup>6</sup> De qualquer forma, seja como um lugar de refúgio e reconstrução, seja como um lugar de desilusão e fracasso, a fronteira é o lugar da utopia.

Acontece que havia entre os camponeses das regiões de origem, de certa forma acuados pela falta de terras, um desejo de reproduzir-se como camponeses, quer tratando-se deles mesmos em melhores terras ou em áreas mais extensas, ou de seus filhos em condições semelhantes. Por conseguinte, esta “sede de terra” fez surgir, também, um “sonho da terra” entre esses camponeses que queriam continuar sendo camponeses.<sup>7</sup>

Ferreira afirma que a história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção é que pretendemos analisar a gênese histórica dos movimentos sociais do Sul para as “Novas Cidades” da Amazônia mato-grossense.

A “Frente Pioneira” marcou um momento importante na expansão territorial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da Primeira Guerra Mundial, para quem os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsionadoras do movimento pioneiro. A idéia de frente pioneira está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção em áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente.<sup>8</sup> José de Souza Martins conceitua Frente Pioneira como sendo um,

(...) empreendimento capitalista, como forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição de propriedade privada da terra, pelos investimentos em compra, pela renda que a terra possa dar aos seus proprietários, pela produção voltada para o mercado, ainda

que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas.<sup>9</sup>

Em relação ao conceito de Zona Pioneira, Martins apropria-se das palavras de Leo H. Waibel, onde acentua a “dimensão urbana como constitutiva da paisagem, o mercado como constitutivo da economia, a urbanização do comportamento e a implantação da ‘mentalidade racional’, pressuposto, desse modo, a zona pioneira como aquela em que se realiza um estilo singular de vida.”<sup>10</sup> Por outro lado, como afirma Martins, a centralização das reflexões na ocupação pioneira do terreno,

(...) pioneira no sentido indicado de ‘zona pioneira’ e não no de primeira ocupação e no modelamento da paisagem, não acentua devidamente que, independentemente do espaço geográfico, as relações sociais e singulares que articulam a vida social na zona pioneira não são, por seu turno, “pioneiras”.

(...) As relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação. (...) O “novo”, que é uma das dimensões do conceito de zona pioneira, é novo apenas na ocupação do espaço geográfico e não na estrutura social.<sup>11</sup>

Souza Martins afirma ainda que a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica.”<sup>12</sup> No caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica.

A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constituiu basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado. (...) A economia dessa faixa não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades.<sup>13</sup>

É essa faixa, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como frente de expansão. Conforme José de Souza Martins, o que “caracteriza a “frente de expansão” é justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”<sup>14</sup>.

Podemos afirmar que entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica brasileira situam-se os posseiros. Souza Martins concebe essa zona como “frente de expansão”, onde a atividade econômica não se baseia numa característica apropriação capitalista da terra.<sup>15</sup> Souza Martins expressa “frente de expansão” como a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas; já frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.”<sup>16</sup>

Segundo a análise de Souza Martins, a figura central para se entender a problemática da fronteira não é o “pioneiro”, mas sim, a “vítima”. É na categoria e na condição de “vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, características das regiões de ocupação antiga.”<sup>17</sup>

Na fronteira também é construída a figura mítica do pioneiro, o grande herói na conquista das novas terras. Só que agora as qualidades do herói criador é transferido para a própria fronteira, “fetichizada,” na expressão de Souza Martins.

O aparentemente novo na fronteira é, na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital, inclusive a escravidão, base da violência que a caracteriza. As formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente,

pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna.<sup>18</sup>

Continuamos a nossa reflexão a partir das análises de Souza Martins, onde afirma ser a “fronteira essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. Um lugar da descoberta do outro e do desencontro”<sup>19</sup>.

Para compreender as relações sociais, tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política no Norte de Mato Grosso, é necessário levar em conta o papel desempenhado pelo Estado brasileiro através de incentivos fiscais e creditícios, a expansão e multiplicação de empresas orientadas sob a lógica e os interesses dos capitais privados, amparados em políticas públicas do Estado que acaba assegurando os suportes para o desenvolvimento nessa região.

A reflexão teórica que orienta o eixo central deste projeto, onde procura-se compreender a relação Estado/sociedade no Norte de Mato Grosso, referencia-se também no conceito de Estado ampliado formulado por Gramsci. De acordo com o referido autor, o Estado deve ser interpretado como um complexo de atividades práticas e teóricas constituído pelas esferas da sociedade política mais a sociedade civil. Na sociedade política (Governo) predomina a coerção e na sociedade civil, o consenso. "As relações entre sociedade civil (condições de vida material ou, em regime capitalista, sistema de produção privada, aparelho privado de hegemonia) e a sociedade política, devem ser concebidas em função da definição do Estado como equilíbrio entre sociedade política e a sociedade civil"<sup>20</sup>. Dessa forma, o Estado - integrado pela sociedade civil e pela sociedade política - tem uma outra dimensão, que para Gramsci é a Cultura. E cultura para esse autor não é a erudição dos sábios, mas o conjunto das visões de mundo:

Valores, crenças e auto-percepções de seu lugar na sociedade - desenvolvidas por cada grupo social ou fração de classe. No mundo contemporâneo, nem sempre certos

grupos conseguem desenvolver sua própria visão de mundo, por falta de sua organização em aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil. Assim, sendo, adotam, como sua, a visão de mundo de outros grupos, quase sempre os dominantes. Esse é o princípio de funcionamento do que Gramsci chama de hegemonia, ou seja, quando a visão de mundo (cultura) de um dado grupo se impõe sobre o conjunto dos demais, sendo por todos eles partilhada<sup>21</sup>.

De uma forma geral os estudos acerca da relação Estado/sociedade procurará trazer à luz novos elementos a esta problemática. Como reflexão teórica, "faço uso do recurso legítimo do historiador que, olhando do momento presente, indaga-se acerca do passado e daquilo que ele nos lega, questão básica para se escapar do risco de sermos conduzidos por nossa própria herança de temas e problemas"<sup>22</sup>, pois como afirma Virgínia Fontes, "aos historiadores compete, pela complexidade e amplitude de seu objeto de estudo, manter-se atento para a historicidade dos conceitos, para as implicações no interior do campo cognitivo que a adoção de tais categorias implica, assim como para as relações existentes entre a reflexão social e a sociedade que nos envolve"<sup>23</sup>.

Teoricamente, situo minhas referências nas formulações desses autores, tomando como base empírica o Norte de Mato Grosso, tanto no plano político quanto na sua dimensão simbólica, pois através deste projeto de pesquisa pretende-se compreender os mecanismos que regem as relações de poder numa região de fronteira, construída no inter-relacionamento entre colonizadores e colonos migrantes a partir da década de setenta do século XX, numa fração do território de Mato Grosso. Portanto, o trabalho se propõe analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação da sociedade civil e da sociedade política, elencando as agências e agentes do Estado, tanto em plano local, estadual e nacional. Em nossa pesquisa iremos trabalhar com categorias gramscianas, enfocando uma análise do Estado em seu sentido ampliado (sociedade política e sociedade civil), organismo complexo de hegemonia (consenso sobre a população, alcançada através de organizações ditas privadas, como a igreja, os

sindicatos, meios de comunicação, escola, etc...) da classe dominante em sua dinâmica mais profunda: a relação com a sociedade civil.

O objeto da Tese é *Nas Fronteiras do Poder: Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso*, no período 1980 a 2002. A investigação busca analisar, dentro de um contexto histórico específico, as estratégias de ação e articulação política de determinado segmento da classe dominante do Norte de Mato Grosso, os seus interesses de classe junto à sociedade civil e à sociedade política. Neste contexto pretende-se abordar as diferentes estratégias políticas adotadas por duas das mais destacadas entidades representativas da classe patronal daquela região: O SINDUSMAD – Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte de Mato Grosso e o Grupo Capital de Comunicação: quem são os sujeitos políticos, econômicos e sociais que se fazem representar na linha ideológica do Jornal Capital e do SINDUSMAD, buscando perceber o sentido mais amplo de seus posicionamentos, pois essas entidades tem uma ação como *partido político*, na acepção gramsciana do termo. O apoio dessas entidades à classe política em nível local, estadual e nacional esteve em relação direta com o cumprimento de determinadas condições por elas estabelecidas, atuando na “formação e organização” das mudanças sociais daquela região.

Conforme a metodologia utilizada pela Professora Sonia de Regina de Mendonça, estarei parindo de uma “perspectiva comparada”, buscando evidenciar as estratégias existentes entre as entidades e suas propostas, com destaque para as formas de pressão junto à sociedade política mato-grossense, contribuindo com nossos estudos para o entendimento das relações entre Estado, Poder e Classes Sociais no Brasil<sup>24</sup>. As fontes e o tema da investigação estarão apoiados em bibliografia específica, tanto regional, quanto nacional. Desta forma poder-se-á melhor analisar os documentos com os métodos de pesquisa e as múltiplas abordagens da História Social.

---

<sup>1</sup> Edison Antônio de Souza é Pesquisador da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop. Doutorando/UFF.

<sup>2</sup> MARTINS, J. de S. *FRONTEIRA: A degradação do Outro nos confins do humano*, p.147.

<sup>3</sup> ARRUDA, Z. A. *SINOP: Território(s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões*, p. 21

<sup>4</sup> *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*, p.13.

<sup>5</sup> Id. Ibid.

<sup>6</sup> SANTOS, José V. T. dos. *Matuchos: Exclusão e Luta: Do Sul para a Amazônia*. p. 244.

<sup>7</sup> Id., p. 258.

<sup>8</sup> Ignez Costa Barbosa Ferreira, *Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola*. In: *Fronteiras*. AUBERTIN, C. (Org.), p. 39.

<sup>9</sup> MARTINS, J. de S. *Frete Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica*. In: *Capitalismo e Tradicionalismo*, p. 44.

<sup>10</sup> Id. Ibid.

<sup>11</sup> MARTINS, J. de S. Op. Cit., p. 44-5.

<sup>12</sup> Id. p. 45.

<sup>13</sup> Id. Ibid.

<sup>14</sup> Id., p. 46.

<sup>15</sup> Id. p. 52.

<sup>16</sup> MARTINS, J. de S. *FRONTEIRA: A degradação do Outro nos confins do humano*, p. 152.

<sup>17</sup> Id., p.12.

<sup>18</sup> MARTINS, J. de S. Op. Cit., p. 15.

<sup>19</sup> Id. p.150.

<sup>20</sup> GRAMSCI, A. (1978:234). In: PAULA, E. A. Op. Cit. p.06

<sup>21</sup> MENDONÇA, S. R. de. *Estado e Sociedade*. In: *História: Pensar e Fazer*. p. 21.

<sup>22</sup> BOURDIEU, P. (180). Apud: MENDONÇA, S. R. de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*, p. 11.

<sup>23</sup> FONTES, Virginia. *História e Conflito*. In: *História: Pensar e Fazer*. p. 52.

<sup>24</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes"*. 13 a 15 de julho de 2004. Niterói: Universidade Federal Fluminense.